

DISTINÇÕES DE FORMALIDADE NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL E CONVERGÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PAULO THIAGO NUNES BEZERRA DE MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA

Resumo

Uma dimensão institucional tem sido incluída no desenvolvimento sustentável, destacando as participações cívicas e a boa governança. Este ensaio tem o objetivo de elaborar distinções na dimensão institucional, considerando seus níveis de formalidade e aplicações para problemas de sustentabilidade. Especificamente, será discutida a pertinência dos modelos de administração pública e suas aplicações para o nível mais formal. Assim como será trazida a teoria das representações sociais e seus estudos relacionados à sustentabilidade como caminho de aprofundar a compreensão do nível informal.

Palavras Chave

Modelos de administração pública, Representações sociais, Instituições

DISTINÇÕES DE FORMALIDADE NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL E CONVERGÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo desenvolvimento sustentável nas últimas décadas impulsionou um conjunto de discussões conceituais e elaborações de mecanismos para implementação organizacional. As elaborações que mais se difundiram consideram as distintas dimensões do desenvolvimento sustentável, com interesses particulares nas preocupações econômicas, sociais e ambientais. Mais recentemente, a dimensão institucional tem sido incluída nessas elaborações, ressaltando a influência das participações cívicas e da boa governança nas organizações. Assim, trata-se da dimensão que inclui as interações sociais em níveis formal e informal, bem como suas distinções de convergências e divergências. Entretanto, a dimensão institucional do desenvolvimento sustentável é tratada de maneira incompleta e, por vezes, equivocada, especialmente por negligenciar seu nível mais informal.

A compreensão entre informalidade e formalidade é discutida por Morand (1995), destacando que são tipos distintos de interações sociais que trazem significados e convenções sobre a conduta dos indivíduos e organizações. A informalidade refere-se a situações sociais caracterizadas por comportamentos espontâneos, casualidade e convívio interpessoal. O comportamento informal pode ser útil na construção de organizações inovativas e denominadas como orgânicas na literatura da área da administração. Por seu lado, a formalidade refere-se a relações sociais ordenadas, mais regulamentadas e calculadas. Assim, o comportamento formal é envolvido na construção de ambientes organizacionais mais impessoais e burocráticos (Morand, 1995).

Neste estudo, compreende-se que a formalidade é predominante quando a dimensão institucional tem sua implementação com as organizações governamentais e mecanismos regulamentadores da administração pública. A teoria da administração pública abrange uma variedade de escolas de pensamento, incluindo os modelos da burocracia tradicional, de gestão com técnicas do sector privado, da governança com colaborações entre diferentes atores, bem como os modelos híbridos (Lampropoulou & Oikonomou, 2018). Por sua vez, a informalidade é predominante quando a dimensão institucional é implementada principalmente por afinidades cognitivas e pelo compartilhamento de representações sociais. Tais representações sociais elaboram um sistema de significação que é formado por processos que envolvem a aproximação dos indivíduos em relação ao um determinado objeto de análise (Dias et al., 2018), podendo ser a ideia de sustentabilidade ou o meio ambiente.

Este ensaio tem o objetivo de elaborar distinções na dimensão institucional, considerando seus níveis de formalidade e aplicações para problemas de sustentabilidade. Especificamente, será discutida a pertinência dos modelos de administração pública e suas aplicações para o nível mais formal. Assim como será trazida a teoria das representações sociais e seus estudos relacionados à sustentabilidade como caminho de aprofundar a compreensão do nível informal.

A compreensão das desvantagens das relações informais ajuda as organizações desenvolverem políticas e intervenções para otimizar os relacionamentos sociais (Pillemer & Rothbard, 2018). Monteiro e Adler (2022) sugerem estudos sobre como elementos formais interagem com relações informais para resultar em impactos importantes, como na igualdade e equidade. Nesse sentido, impactos inesperados são produzidos quando é negligenciada a maneira como os elementos mais formais estão ordenados e interagem com a organização informal (Monteiro & Adler, 2022). Ao discutir sobre os modelos de administração pública, Lampropoulou e Oikonomou (2018) apontam para uma reconsideração sobre a existência de paradigmas administrativos determinados, com características emblemáticas, destacando a

necessidade de maior aprofundamento sobre o assunto. Quando se trata da orientação para objetivos de sustentabilidade, uma compreensão mais aprofundada sobre a convergência entre atitudes implícitas e explícitas pode fornecer conhecimento para os processos de colaboração na resolução de problemas (Steiner, Geissler, Schreder & Zenk, 2018). Amparadas no nível informal, as atitudes implícitas envolvem a percepção e conscientização sobre os problemas com legitimidade social, enquanto atitudes explícitas incluem a comunicação e divulgação de relatórios deliberados no nível formal da dimensão institucional da sustentabilidade.

Além desta introdução, o presente ensaio enfatiza aplicações de modelos de administração pública para ressaltar o nível formal da dimensão institucional. Na sequência, é discutida a importância das afinidades cognitivas e representações sociais no nível informal da dimensão institucional. Em seguida, são apresentadas proposições elaboradas sobre as distinções nos níveis de formalidade, apontando implicações das suas convergências ou divergências. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

2 DIMENSÃO INSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Spangenberg (2002) destaca que o desenvolvimento sustentável é definido nas dimensões econômica, social e ambiental, com os propósitos de melhorar a competitividade da economia, proteger a coesão social e restringir o uso de recursos naturais nos processos produtivos respectivamente. O entendimento da dimensão econômica envolve a participação do governo nas rendas totais, os riscos do comércio internacional à base de recursos primários e os investimentos em tecnologias avançadas. O autor afirma que a dimensão social é compreendida pela vulnerabilidade dos empregados no mercado de trabalho e pelo sistema de redistribuição de riqueza. Por sua vez, a dimensão ambiental é entendida pelo cuidado com a proteção da biodiversidade e pela intensidade da economia em recursos naturais (Spangenberg, 2002). A dimensão institucional foi acrescentada às dimensões econômica, social e ambiental nas discussões de Spangenberg (2002). A formulação com as quatro dimensões do desenvolvimento em conjunto foi intitulada de Prisma da Sustentabilidade. Entretanto, foi na Agenda 21 que surgiu o interesse pela dimensão institucional na análise de desenvolvimento. A Agenda 21 é um instrumento afirmado entre os membros das Nações Unidas em 1992 para orientar suas políticas para a sustentabilidade nos diferentes níveis territoriais (Spangenberg, 2002; United Nations, 1992). Embora a importância da dimensão institucional já fosse mostrada na Agenda 21, é durante a Rio+20 que esse aspecto do desenvolvimento é inserido como um tópico principal nas pautas de discussões (Melo, 2013).

Com maior formalidade, as instituições têm sido imprimidas em organizações e mecanismos regulatórios de ação social e governamental. Segundo Rezende (2008), uma trajetória de desenvolvimento sustentável depende de ações governamentais, capazes de enfrentar problemas estruturais e produzir resultados efetivos. Acredita-se que os problemas estruturais que causam a pobreza e as desigualdades sociais só podem ser enfrentados no contexto de ações governamentais. Assim, o bom desempenho dos governos rumo ao desenvolvimento sustentável requer um modelo de gestão pública que trate de forma particular o seu leque de objetivos.

Os problemas e mau funcionamento das formas tradicionais de Estado - modelos de administração patrimonialista e burocrático (Giddens, 2008) - foram apontados pela perspectiva da Nova Gestão Pública. Tal perspectiva é interessada na transposição de práticas empresariais para o setor público e nas reformas de empreendedorismo governamental (Osborne & Gaebler, 1993). Alternativamente, questões públicas substanciais são discutidas na perspectiva do Novo Serviço Público, que se inspira em políticas democráticas, visando conectar os cidadãos aos seus governos (Denhardt & Catlaw, 2015). A administração pública pode ter ampla orientação em suas decisões (Denhardt & Catlaw, 2015), formulando e implementando políticas inclusivas

para cada um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, mas pode ter prioridades selecionadas (Osborne & Gaebler, 1993) com base na lógica gerencial de que investimentos em determinados objetivos levará a efeitos positivos nos demais. As Nações Unidas sistematizaram e adotaram parâmetros multidimensionais, que incluem a redução da pobreza e da fome, a universalização da educação, a redução da mortalidade materna e infantil, a prevenção de doenças, o acesso à água e ao saneamento básico e o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável (Rezende, 2008).

Desde 2003, o Bolsa Família tornou-se um facilitador na redução do número de pessoas que passam fome no país, mas tem sido insuficiente para garantir a capacidade de adquirir até mesmo a cesta básica completa, e não tem conseguido superar o problema da fome (Neder, Alves Filho & Souza, 2015). Além disso, o Bolsa Família é uma política conjuntural, sem garantia de continuidade, que depende das condições da economia nacional e internacional, conforme apontado por Neder et al. (2015). Assim, essa política continua incapaz de garantir a acessibilidade alimentar adequada, pois a fome é um problema econômico que requer políticas macroeconômicas voltadas para a geração de emprego e renda real. Embora o Bolsa Família seja incapaz de erradicar a pobreza, é um mecanismo importante, cujas famílias beneficiárias utilizam os benefícios para atender às necessidades básicas de alimentação e saúde (Zimmermann & Espínola, 2015). Embora o Bolsa Família estabeleça o benefício com base na presença regular de crianças e adolescentes na escola, buscando a quebra geracional do ciclo da pobreza, Zimmermann e Espínola (2015) defendem que o programa tem pouco impacto na renda e na melhoria da vida escolar. Segundo Zimmermann e Espínola (2015), o foco no controle das condições coloca a responsabilidade nos beneficiários, ao invés de responsabilizar o Estado pelo monitoramento e melhoria da qualidade de seus serviços de saúde e educação pública.

A gestão educacional de qualidade promove valores, dos quais o mais importante é a aprendizagem dos alunos (Versiani, Rezende & Pereira, 2016). Segundo Versiani et al. (2016), esse modelo de gestão também promove relações baseadas na confiança, destacando os professores como protagonistas do ensino e responsáveis pela aprendizagem dos alunos. A confiança do diretor nos professores desencadeia e reforça práticas participativas de gestão educacional, estimulando a autonomia dos profissionais docentes e buscando o diálogo entre os diferentes atores que compõem a comunidade escolar. Versiani et al. (2016) afirmam que essas direções contribuem para relações sociais amigáveis e cordiais, com uma gestão centrada nas sugestões e críticas da comunidade escolar. A educação serve como instrumento de mobilidade social das famílias de baixa renda (Corrêa & Lima, 2015). No entanto, Corrêa e Lima (2015) afirmam que a entrada prematura no mercado de trabalho leva a uma maior probabilidade de abandono em muitos casos. Um maior nível de escolaridade aumenta a empregabilidade dos jovens, bem como os rendimentos que auferem no mercado de trabalho, uma vez que se tornam mais qualificados, confirmando a importância da educação na redução da pobreza (Corrêa & Lima, 2015). Assim, segundo Corrêa e Lima (2015), investir nas condições para que os jovens continuem seus estudos é indispensável para garantir melhores oportunidades futuras, a qualidade de vida da população, o crescimento econômico da região e a redução das disparidades sociais.

Ao vincular a redução da pobreza com os avanços na educação, reconhece-se a importância dos sistemas educacionais em direcionar a oferta de habilidades para o trabalho como um elemento-chave das desigualdades salariais juntamente com as demandas do mercado (Piketty, 2014). De acordo com Piketty (2014), os avanços educacionais nos Estados Unidos e na França durante o século XX não reduziram as desigualdades de renda no trabalho, porque não investiram em sistemas educacionais que promovessem o acesso amplo à formação necessária para os empregos mais valorizados do mercado, cumprindo assim um papel mais amplo do que a democratização escolar.

Quando se trata da saúde pública, Lima (2010) afirma que a associação entre a idade materna e as chances de mortalidade infantil se torna mais frequentes devido a fatores de natureza biológica e socioeconômica, seja com mães muito jovens ou de idade avançada. Segundo Lima (2010), no que diz respeito às mães de 15 a 19 anos, as normas e sanções culturais da maternidade na adolescência são elementos importantes para a compreensão do fenômeno. Nos casos de maternidade com idade igual ou superior a 35 anos, é importante ter melhores condições socioeconômicas e comportamentais para reduzir os problemas da idade materna avançada (Lima, 2010). Segundo Tavares et al. (2013), a mortalidade materna é amplamente evitável e sua ocorrência é um indicador da qualidade da saúde da mulher. Tavares et al. (2013) afirmam que a hemorragia materna e os distúrbios hipertensivos são condições frequentes na gravidez e apresentam altas taxas de mortalidade, embora possam ser sanadas no acesso aos serviços de saúde. No entanto, esses serviços são menos acessíveis às populações de baixa renda, que por sua vez sofrem uma maior incidência de mortalidade materna (Tavares et al., 2013). Portanto, segundo Tavares et al. (2013), a ocorrência da mortalidade materna é influenciada pelas desigualdades no campo socioeconômico e decorre da distribuição assimétrica dos serviços de saúde, com menor acesso às populações mais pobres.

Ainda sobre saúde pública, a participação formal da sociedade na construção das políticas de controle do HIV/Aids no Brasil acontece por meio das comissões e discussões regionais do Plano de Ação e Metas (Baracat & Nobre, 2013). Embora as diretrizes das políticas públicas nessa área sejam definidas nacionalmente, Baracat e Nobre (2013) afirmam que as implementações ocorrem nos níveis estadual e municipal, com resultados variados devido às capacidades de formulação de projetos dos gestores e de organização da sociedade civil local. Segundo Baracat e Nobre (2013), surgem problemas na relação entre gestores públicos e representantes da sociedade civil quando há discordância entre os planos definidos com a participação da comunidade e suas implementações. Por sua vez, Johansen, Carmo & Alves (2016) discutem o problema da ocorrência da dengue e afirmam que as suas condições são locais, e o número de casos não é proporcional à população de habitantes. No entanto, altas taxas de incidência da doença concentram-se onde se localizam as piores condições socioeconômicas e de menor acesso aos serviços urbanos. O mosquito vetor da dengue também transmite a febre Chikungunya e o vírus Zika no país hoje, causando sintomas mais intensos do que a dengue e um aumento nos problemas de microcefalia em bebês (Johansen et al. 2016).

Na gestão dos recursos hídricos, os riscos relacionados ao abastecimento de água em quantidade e qualidade desejadas para atender as necessidades de todos são preocupações crescentes e desafios prioritários. A água livre de poluição é um bem público e condição para o bem-estar, cuja gestão requer políticas públicas prioritárias baseadas em modelos de governança com processos participativos, conforme Zorzi, Turatti & Mazzarino (2016). Em acordos internacionais, o acesso à água livre de poluição tem sido considerado um direito humano fundamental para o desenvolvimento sustentável das sociedades, incentivando a elaboração e avaliação de políticas públicas em serviços hídricos (Zorzi et al., 2016). Nesse sentido, o processo de gestão do saneamento envolve dificuldades e escassez de recursos humanos, técnicos, operacionais e financeiros (Marchi, 2015). Para melhorar a realidade desta área, Marchi (2015) afirma que a Política Nacional de Resíduos Sólidos depende do controle dos impactos socioambientais, entre outras providências incluindo uma gestão comprometida com a eliminação de resíduos sólidos evitáveis, redução e reaproveitamento de resíduos inevitáveis, e seu tratamento e disposição ambientalmente correta. Para a gestão adequada do saneamento, segundo Marchi (2015), as prioridades incluem a busca de novas tecnologias e formas de gerenciamento de resíduos sólidos, que devem ser apoiadas pela participação cidadã.

Em uma perspectiva política, a elaboração sobre as instituições ressalta como as organizações sociais nas dinâmicas de desenvolvimento possuem interdependência com as entidades político-governamentais (March & Olsen, 2008). Diferentes correntes de pensamento

e áreas de estudo têm elaborado conhecimento sobre as instituições. Nos estudos organizacionais, as análises sobre as instituições consideram as suas dinâmicas internas e discutem sobre as diferentes estruturas das organizações (Meyer & Rowan, 1977; DiMaggio & Powell, 1983). Ademais, as ciências econômicas analisam as trajetórias de decisões nas instituições e seus efeitos no desempenho e nas ações econômicas (North, 1990; Veblen, 1987). Ainda nas ciências econômicas, Hodgson (1998) esclarece que a proposição central na corrente institucionalista original é que a natureza dos indivíduos é caracterizada por ações guiadas por hábitos, compreendendo um conjunto de possíveis comportamentos com diferentes explicações de suas origens e evoluções. Os hábitos suportam as instituições construídas historicamente (Hodgson, 1998), cujas bases são estabelecidas em conteúdos e significados cristalizados nas relações entre os indivíduos. Portanto, níveis informais também conformam a dimensão institucional que direciona as realizações entre os indivíduos.

3 UM NÍVEL INFORMAL DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Segundo Lopolito, Nardone e Sisto (2011), as instituições são vistas como práticas sociais concretas que resistem ao final de cada ação e se tornam um capital social para novos projetos de desenvolvimento. Essa dimensão institucional do desenvolvimento é indicada, neste estudo, pelo capital social constituído entre as organizações, que é entendido como o conjunto de ativos relacionais que podem afetar a capacidade produtiva de uma organização (Lopolito et al., 2011). Esses ativos relacionais podem estar na diversidade de contatos, nas relações de confiança e nas afinidades cognitivas presentes nas redes de relacionamento, que correspondem às dimensões estrutural, relacional e cognitiva do capital social (Nahapiet & Ghoshal, 1998).

Em uma perspectiva sociológica, Coleman (1988) define o capital social como a função das estruturas sociais que facilitam as ações dos atores dentro delas. Nas ciências políticas, Putnam (2002) indica que o capital social facilita ações coordenadas para aumentar a eficiência da sociedade, sendo definido como um conjunto de características da organização social que inclui confiança, normas e sistemas. Por sua vez, no campo da administração, Nahapiet e Ghoshal (1998) compreendem o capital social como um conjunto de recursos de um indivíduo ou entidade social que estão presentes e são acessados nas redes de relacionamentos. Com base nesses conceitos, Lopolito et al. (2011) entendem o capital social como o conjunto de ativos relacionais capaz de modificar a capacidade produtiva das organizações, incluindo a diversidade de contatos em rede, relações de confiança e afinidade cognitiva no compartilhamento de visões para a identificação de problemas e elaboração de soluções.

A elaboração teórica de Lopolito et al. (2011) para avaliar a dimensão institucional com suporte no capital social é baseado na contribuição de Nahapiet e Ghoshal (1998) para o conceito, que é racionalizado em três formas distintas: a dimensão estrutural, a relacional e a cognitiva. As análises da dimensão estrutural destacam os padrões de conexões dos atores nas redes de relacionamentos e os ganhos no acesso a informações em função das suas posições (Burt, 2007). Embora a análise estrutural tenha sua importância, o presente estudo reforça a proposição de que a qualidade do capital social reside nas suas dimensões relacional e cognitiva. A qualidade do capital social é indicada pelo conteúdo ideológico transacionado nas relações de confiança e pelos principais valores compartilhados refletidos na afinidade cognitiva entre os atores (Chambers & Kopstein, 2001). Entretanto, a dimensão estrutural não é ignorada, pois é proposto, neste estudo, que sua importância está em atenuar ou acentuar a qualidade do capital social em função da configuração estrutural das relações. As configurações estruturais com menor densidade de laços atenuam os conteúdos e significados por permitir maior diversidade de valores, enquanto as configurações com maior densidade de laços acentuam um determinado conjunto de conteúdos e significados por reforçarem valores homogêneos.

O capital social relacional se refere à reciprocidade fundamental que guia as trocas, podendo o alto nível de confiança permitir a transferência de informações confidenciais (Andrews, 2010). Essa dimensão está relacionada à confiança interna e às relações de cooperação entre os atores de um grupo social (Lopolito et al., 2011). A dimensão relacional descreve o tipo particular de relações sociais capazes de influenciar aspectos comportamentais e cumprir justificativas sociais, podendo ser observada em normas e conseqüentes sanções sociais, bem como nas relações de confiança (Hartmann & Serafim, 2014). O capital social cognitivo se refere ao grau em que as interpretações subjetivas sobre os valores e objetivos organizacionais são compartilhadas, formando o contexto onde a troca de conhecimento e as ações coletivas se concretizam (Andrews, 2010). Portanto, o aspecto cognitivo está relacionado ao nível de afinidade das interpretações, que reflete o compartilhamento de visões (Lopolito et al., 2011). A dimensão cognitiva se refere às interpretações e significados representados na linguagem, em códigos e em narrativas, podendo ser observada na história da organização, nas visões compartilhadas e nos valores comuns (Hartmann & Serafim, 2014).

A compreensão sobre os problemas e possíveis soluções para o desenvolvimento sustentável, que são elaboradas e utilizadas nas comunicações de diferentes grupos sociais, pode ser alcançada pela teoria das representações sociais (Techio, Gonçalves & Costa, 2016; Dias et al., 2018). Os estudos que analisam as representações sociais podem apontar visões, conteúdos e significados compartilhados entre diferentes atores sociais, sejam governos, empresas ou sociedade civil, além de indicar problemáticas nas dinâmicas relacionadas à sustentabilidade. O poder da teoria das representações sociais para a compreensão das problemáticas acerca do desenvolvimento sustentável é mostrado no estudo de Dias et al. (2018). Ademais, há uma necessidade de buscar maior compreensão sobre os processos cognitivos para as organizações orientadas à sustentabilidade.

As crenças e valores que as pessoas nutrem com abordagens participativas da comunidade são relevantes para mudar as situações insustentáveis atuais em direção ao desenvolvimento sustentável (Reed, Fraser & Dougill, 2006). A dimensão cultural é ressaltada para as pessoas que afirmam, com uma elaboração cognitiva, que uma de suas responsabilidades principais é com o desenvolvimento sustentável (Steiner et al., 2018). Uma identificação psicológica entre as comunidades e as organizações e em seu contexto permite alcançar o nível mais alto de licença social para operar, por meio da existência de confiança (Boutilier, 2014). Portanto, a teoria das representações sociais proporciona análises capazes de contribuir com a compreensão acerca do desenvolvimento sustentável. Martins-Silva *et al.* (2016) afirmam que, no campo dos estudos organizacionais, as pesquisas fundamentadas na teoria das representações sociais têm sido pouco exploradas e superficiais.

Na área de interesse da psicologia social, a teoria das representações sociais foi publicada originalmente em 1961 como desdobramento da tese de Moscovici (1961) e desde então seu domínio teórico se expandiu consideravelmente (Palmonari & Cerrato, 2011; Jodelet, 2001). As representações sociais são elaboradas a partir de aspectos simbólicos que são produzidos nas práticas sociais, e são processadas e concretizadas por meio de gestos e falas no cotidiano. As representações sociais colocam sentido e integram o comportamento em redes de relações associadas a um objeto ou ideia, incluindo o meio ambiente e a sustentabilidade e constituindo uma forma de apreensão dos diferentes contextos. Portanto, as representações sociais conformam o espaço das ideias contidas nas visões compartilhadas entre os indivíduos e orientam os comportamentos que são aceitos, assim como proporcionam as noções que fazem as relações nos grupos sociais serem eficazes e estáveis (Moscovici, 2012). São os sistemas de comunicação utilizados pelos grupos sociais em diferentes contextos que refletem a formação das representações sociais (Camargo & Bousfield, 2011).

A dinâmica interna das representações sociais tem o propósito de tornar algo desconhecido em alguma referência que seja familiar (Moscovici, 1981; Vala, 2006). Dois

processos distintos, a ancoragem e a objetivação, acontecem simultaneamente na dinâmica interna das representações sociais. O pilar de ação para os processos de ancoragem e objetivação é a memória. O processo de ancoragem conecta algo desconhecido a uma referência familiar para comparação e interpretação, posicionando o que é novo em imagens e categorias já conhecidas. No processo de ancoragem, a memória é orientada para procurar coisas, eventos e pessoas conhecidas que sejam parâmetro para identificar o desconhecido. Por sua vez, no processo de objetivação, a memória é orientada para construir imagens e noções reproduzidas acerca do que é novo. A objetivação traduz o que está no pensamento em algo físico e reproduz o desconhecido de forma tangível e visível, transformando algo abstrato em uma imagem quase concreta.

Alguns estudos com a teoria das representações sociais analisam a interação da sociedade com o meio ambiente. Ao pesquisar representações sobre o meio ambiente elaboradas por pós-graduandos em ecologia situados em diferentes contextos, o estudo de Arruda (1993) mostrou que a tecnologia é um recurso considerado importante quando o sujeito se comporta de maneira predatória sobre o meio ambiente, estando em situação externa. Mas, quando os sujeitos estão integrados ao meio ambiente, a tecnologia é considerada uma ameaça. O estudo de Reigota (1995) examinou a representação social sobre o meio ambiente por professores em um curso de especialização com foco em educação ambiental, e identificou uma visão "naturalista", que compreende o meio ambiente como o espaço em que habitam os seres vivos, sendo considerado sinônimo de natureza.

Quando se trata da relação entre saúde e meio ambiente, a representação social das equipes que executam a política pública das Estratégias Saúde da Família está associada à salubridade no território e é ancorada nos elementos água, resíduos sólidos, agrotóxicos e poluição do ar (Dias et al., 2018). De acordo com Dias et al. (2018), essa representação social se constitui a partir da constatação dos efeitos negativos causados à saúde pelo contato com os resíduos de chumbo, mercúrio e agrotóxicos, precisando de uma gestão para solucionar problemas ambientais e ações de educação para a população. Tais práticas são apontadas como capazes de proporcionar um meio ambiente saudável e ter efeitos positivos na saúde da população.

As representações sociais são compostas estruturalmente por um núcleo central e pelos seus elementos periféricos (Abric, 2003; Sá, 1996). O núcleo central é expressado pela memória coletiva e pelos padrões normativos de um grupo social, sendo vinculado e definido diretamente pelas condições históricas, ideológicas e sociológicas. A base comum compartilhada coletivamente é o núcleo central das representações sociais, sendo definido por meio do consenso e conduzindo a homogeneidade do grupo social. O núcleo central é coerente, estável e resistente à mudança, tendo como função promover consistência e continuidade à representação social. Por sua vez, os elementos periféricos são sensíveis e determinados pelas características dos contextos, com a função é aderir as representações sociais a um contexto. Primeiramente, os eventos ou informações novas que ameaçam a continuidade do núcleo central são incorporados como elementos periféricos.

O estudo de Techio et al. (2016) investigou a representação de universitários de engenharia civil sobre a sustentabilidade, e identificaram a pertinência de elementos da natureza e do meio ambiente. Essa representação social torna a dimensão ambiental uma parte central e predominante, assim como reflete uma abordagem preservacionista. Embora a representação identificada tenha uma orientação para a realização de construções sustentáveis, Techio et al. (2016) afirmam que a mesma não atende às questões do impacto nas dimensões social e econômica do contexto, buscando os ideais das construções sustentáveis. Por isso, as zonas periféricas da representação estariam compostas pelas dimensões social e econômica da sustentabilidade, sendo expressas em termos que refletem a economia, o desenvolvimento, a responsabilidade e a tomada de consciência.

A representação social da água foi investigada a partir das lideranças locais de comunidades em Santa Catarina envolvidas com a gestão da água, sendo esta entendida como um importante elemento para a saúde e vida, que necessita de preservação (Polli, Kuhnen, Azevedo, Fantin & da Silva, 2009). Nesse entendimento, a saúde é um elemento com maior importância no núcleo central da representação e é associado fortemente à vida e à qualidade. As palavras vida, saúde, preservação, sobrevivência, sustentabilidade e natureza constituem o centro da representação, que é composta por um campo homogêneo com elementos positivos e preventivos acerca dos problemas relacionados à água (Polli et al., 2009). O estudo de Dias et al. (2018) reforça que as representações sociais são estruturadas por meio dos processos de ancoragem e objetivação, que, respectivamente, correspondem à formação de um núcleo central com elementos periféricos e à forma de externalização da representação.

4 DISTINÇÕES DE FORMALIDADE INSTITUCIONAL

Neste ensaio, é reforçada a ideia de que a dimensão institucional possui diferentes camadas, variando seus níveis de formalidade e graus de convergências entre elas, inclusive quando se trata de uma orientação para sustentabilidade. Os termos de formalidade ou informalidade costumam ser aplicados para descrever fenômenos interacionais da realidade social, que dependem de padrões comportamentais e entendimentos compartilhados (Morand, 1995). Nos níveis mais formais da dimensão institucional, estão as organizações e mecanismos regulamentadores das políticas governamentais e da administração pública. Segundo Paula (2005), há dois projetos políticos que disputam espaços de implementação no país: um projeto gerencial - que se constituiu no Brasil durante a década de 1990 - e um societário - que se manifesta em experiências alternativas de gestão pública, como Conselhos Gestores e Orçamento Participativo.

Esforços recentes têm sido feitos na discussão dos modelos de administração pública, que ora enfatiza modelos gerencialistas baseados em prioridades e eficiência (Pinto & Behr, 2015; Filippim, Rossetto & Rossetto, 2010), mas ora destaca modelos societários baseados em abordagem ampla e processo participativo (Drumond, Silveira & Silva, 2014; Andion, 2012). Algumas tendências da administração pública estão se popularizando na América Latina, como: a lógica da gestão por resultados para lidar com os problemas de qualidade das políticas públicas; governo eletrônico para permitir uma abordagem mais ampla do cidadão e coordenar um setor público cada vez mais complexo; e governança pública inteligente para a formação de redes de cocriação de políticas com os cidadãos (Ramos & Milanesi, 2017).

Diferentes fundamentos da administração pública podem coexistir em um mesmo contexto e linha do tempo, mostrando predominância de cada modelo e apresentando lógicas mistas. A coexistência e o hibridismo das diferentes lógicas organizacionais dentro dos mesmos contextos estão relacionados a um processo estratificado, no qual os elementos dos diferentes modelos se suplementam ou se complementam (Iacovino, Barsanti & Cinquini, 2017). Os modelos híbridos na administração pública são enfatizados quando se trata de questões de desigualdade social. Os conjuntos de modelos ideais e híbridos de administração pública estão ampliando o leque de possibilidades nas decisões dos gestores públicos (Lampropoulou & Oikonomou, 2018). Essas questões identificam prioridades selecionadas, por um lado, mas também requerem abordagens amplas de problematização.

As relações informais são fontes de benefícios evidentes, mas podem proporcionar desvantagens problemáticas, sendo necessário lidar efetivamente com as tensões e desafios que emergem (Pillemer & Rothbard, 2018). Nesse sentido, Pillemer e Rothbard (2018) afirmam que as relações informais proporcionam o agrupamento de alguns indivíduos, enquanto outros são

excluídos dos mesmos ambientes. A ordenação contínua de estratégias formais pode mitigar os efeitos indesejados das relações informais (Pillemer & Rothbard, 2018). A racionalidade formal predomina quando o processo de tomada de decisão tem sua lógica na dependência de cálculos e regras formais, apoiando valores de impessoalidade e imparcialidade, que são incorporados nas estruturas burocrática como forma paradigmática das organizações modernas (Monteiro & Adler, 2022). Com base nas discussões apresentadas, uma proposição deste estudo é que: **as instituições para sustentabilidade com a predominância de uma administração pública gerencialista não requerem convergência com os níveis institucionais mais informais.** Entretanto, as estruturas formais podem ser associadas a padrões sociais informais, resultando em configurações capazes de gerar muitos impactos positivos em termos de flexibilidade e inovação (Monteiro & Adler, 2022). Além disso, Pillemer e Rothbard (2018) também indicam outras formas de amenizar os riscos das relações informais, tais como o desenvolvimento de significados compartilhados e a implementação de programas que facilitam o diálogo informal entre diferentes grupos sociais. Assim, uma segunda proposição é que: **as instituições para sustentabilidade com a predominância de uma administração societal requerem forte convergência com os níveis institucionais mais informais.** Para a compreensão dessa convergência com o nível informal das instituições, as representações sociais são um campo relevante.

Entre os aspectos da teoria de representações sociais, Martins-Silva et al. (2016) esclarecem que elas são elaboradas e compartilhadas coletivamente no nível cognitivo, contribuindo para a comunicação que acontece com base em referências comuns às pessoas participantes nas relações simbólicas. Assim, ancoragens em valores distintos, formando núcleos centrais diferentes, mostram lacunas cognitivas entre as representações sociais dos diferentes grupos nas organizações, que são objetivadas em discursos divergentes. Os processos de ancoragem e objetivação se assemelham às orientações cognitivas implícitas e explícitas estudadas por Steiner et al. (2018), destacando que existem lacunas pronunciadas entre as percepções de valores organizacionais e as próprias atitudes para sustentabilidade. Nas relações entre atores sociais diferentes, a teoria das representações sociais se torna um fundamento apropriado para a compreensão das lacunas ou do compartilhamento de significados. Nesse sentido, é proposto que: **o nível informal das instituições para sustentabilidade é fortalecido com maior compartilhamento de representações sobre os problemas e soluções socioambientais entre diferentes atores.** Assim, esse maior compartilhamento de representações cria condições para o fortalecimento da participação civil efetiva na identificação de problemas e soluções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve o objetivo de elaborar distinções na dimensão institucional, considerando seus níveis de formalidade e aplicações para problemas de sustentabilidade. Foi discutida a pertinência dos modelos de administração pública e suas aplicações para o nível mais formal, assim como a importância da afinidade cognitiva e das representações sociais relacionadas à sustentabilidade para aprofundar a compreensão do nível informal. As análises da dimensão institucional costumam ressaltar o seu nível mais formal, com foco em sistemas de indicadores de capacidade e governança. Não obstante a importância do nível formal, são os elementos presentes na informalidade das interações sociais que criam condições substantivas para a implementação efetiva dos mecanismos organizacionais e regulamentadores sobre os problemas de sustentabilidade. Na ausência dessa convergência, as organizações formais e regulamentações podem tornar-se disfuncionais e, por vezes, ser utilizadas para propósitos espúrios.

Quanto aos diferentes modelos de administração pública, as discussões apresentadas neste ensaio aprofundam a compreensão de suas características em contextos que lidam com problemas de sustentabilidade, incluindo as possibilidades de modelos híbridos (Lampropoulou & Oikonomou, 2018). As derivadas formas de organizações governamentais refletem ambientes de disputas entre quem defende princípios de um modelo mais gerencialista ou societal. Uma vez que o principal propósito da dimensão institucional para o desenvolvimento sustentável é o fortalecimento da participação cidadã, os distintos modelos de administração pública proporcionam maior ou menor efetividade. Em termos práticos, uma administração pública societal pode proporcionar maior participação cidadã na busca pelos objetivos de desenvolvimento sustentável, pois tal modelo aborda políticas específicas para cada objetivo como independentes. Por outro lado, uma administração pública gerencialista pode fornecer informações importantes na avaliação de tais políticas.

Este ensaio teórico também contribui para a compreensão do nível mais informal da dimensão institucional, ressaltando a importância da afinidade cognitiva e da teoria das representações sociais. Essa compreensão aborda como os indivíduos pertencentes a um grupo social compartilham uma mentalidade e se comportam em relação ao desenvolvimento sustentável, ao meio ambiente ou seus elementos. Em meio a visões mais científicas ou negacionistas sobre os problemas de sustentabilidade, o meio ambiente e seus elementos possuem diferentes significados entre grupos sociais distintos. Assim, a análise das representações sociais permite elaborar inferências sobre os sistemas de significação, considerando seus processos de ancoragem e objetivação daquilo que está em questão (Dias et al., 2018). A teoria das representações sociais permite aprofundar a compreensão dos relacionamentos entre diversos atores sociais, comparando o compartilhamento de significados em diferentes cenários ou culturas.

Os níveis formal e informal da dimensão institucional podem ser sinérgicos ou supressores nas inter-relações de um com o outro (Monteiro & Adler, 2022). A administração pública gerencialista conduz mecanismos que suprimem as estruturas sociais informais subjacentes, restringindo a participação cidadã. Por sua vez, o modelo de administração societal direciona o fortalecimento da participação cidadã ao criar sinergia com os níveis informais das estruturas. Entretanto, os significados compartilhados e representações sociais nesses níveis informais podem manifestar propósitos sustentáveis ou espúrios. Nesse sentido, as redes sociais informais fortemente orientadas para propósitos de sustentabilidade têm a importância de pressionar as estruturas formais de governança para mudanças institucionais que incorporem suas demandas. Por outro lado, as estruturas formais orientadas para objetivos de sustentabilidade têm a importância de suprimir significados negacionistas que ainda são transacionados nas relações informais de alguns grupos sociais.

Por ser um ensaio, este estudo se limitou a trazer articulações e proposições teóricas. Para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas nas seguintes direções. Sugere-se a realização de estudos que busquem identificar a pertinência dos diferentes modelos de administração pública nas organizações governamentais em contextos específicos e como lidam com as estruturas informais. Nesse sentido, é relevante discutir como os diferentes paradigmas da administração pública conduzem sinergias ou supressões dos níveis informais da dimensão institucional, considerando a qualidade do seu conteúdo. Também se sugere a realização de pesquisas que busquem compreender o nível informal da dimensão institucional, especialmente sobre o compartilhamento de significados orientados ao desenvolvimento sustentável. As teorias da psicologia social possuem poder de explicação sobre os processos cognitivos nas interações sociais, indo além da concepção de estratégias no campo da administração.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (2003). Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In P. H. F. Campos, & M. C. S Loureiro (Orgs.). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: UCG.
- Andion, C. (2012). Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. *Cadernos Ebape. BR*, 10(1), 01-19.
- Andrews, R. (2010). Organizational social capital, structure and performance. *Human Relations*, 63(5), 583-608.
- Arruda, A. (1993). Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. In M. J. Spink (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- Baracat, M. M. Z., & Nobre, F. S. (2013). Participação social como elemento de análise da sustentabilidade: estudo do Programa Brasileiro de DST/AIDS. *Cadernos EBAPE. BR*, 11(1), 41-64.
- Boutilier, R. G. (2014). Frequently asked questions about the social licence to operate. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 32(4), 263-272.
- Burt, R. S. (2007). Secondhand brokerage: Evidence on the importance of local structure for managers, bankers, and analysts. *Academy of Management Journal*, 50(1), 119-148.
- Camargo, B. V., & Bousfield, A. B. S. (2011). Teoria das representações sociais: uma concepção contextualizada de comunicação. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik.
- Chambers, S., & Kopstein, J. (2001). Bad civil society. *Political theory*, 29(6), 837-865.
- Coleman, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, S95-S120.
- Corrêa, C. R., & Lima, J. E. D. (2015). Determinantes da participação e dos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho: o caso da Região Metropolitana de Recife. *Cadernos Metrópole*, 17(34), 541-553.
- Denhardt, R. B., & Catlaw, T. J. (2015). *Theories of Public Organization*. Cengage Learning.
- Dias, G. L., Camponogara, S., Costa, V. Z. D., Cezar-Vaz, M. R., Weiller, T. H., & Cardoso, L. S. (2018). Representações sociais sobre saúde e meio ambiente para equipes de Estratégia Saúde da Família. *Saúde e Sociedade*, 27, 163-174.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.
- Drumond, A. M., Silveira, S. D. F. R., & Silva, E. A. (2014). Predominância ou coexistência?: modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. *Revista de Administração Pública*, 48(1), 3-25.
- Filippim, E. S., Rossetto, A. M., & Rossetto, C. R. (2010). Abordagens da administração pública e sua relação com o desenvolvimento em um contexto regional: o caso do Meio Oeste Catarinense. *Cadernos EBAPE. BR*, 8(4), 734-752.
- Giddens, A. (2008). *O Estado-nação e a violência*. São Paulo: EDUSP.
- Hartmann, A. S., & Serafim, M. C. (2014). Uma proposta de modelo de análise do capital social organizacional. In: *Anais do VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD*, 8, ANPAD, Gramado.
- Hodgson, G. M. (1998). The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, 36(1), 166-192.
- Iacovino, N. M., Barsanti, S., & Cinquini, L. (2017). Public organizations between old public administration, new public management and public governance: the case of the Tuscany region. *Public Organization Review*, 17(1), 61-82.

- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Johansen, I. C., Carmo, R. L. D., & Alves, L. C. (2016). Desigualdade social intraurbana: implicações sobre a epidemia de dengue em Campinas, SP, em 2014. *Cadernos Metrópole*, 18(36), 421-440.
- Lampropoulou, M., & Oikonomou, G. (2018). Theoretical models of public administration and patterns of state reform in Greece. *International Review of Administrative Sciences*, 84(1), 101-121.
- Lima, L. C. de (2010). Idade materna e mortalidade infantil: efeitos nulos, biológicos ou socioeconômicos?. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 27(1), 211-226.
- Lopolito, A., Nardone, G., & Sisto, R. (2011). Towards a comprehensive evaluation of local action groups in LEADER programmes. *New Medit: Mediterranean Journal of Economics, Agriculture and Environment*, 10(1), 43.
- March, J. G., & Olsen, J. P. (2008). Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista de Sociologia e Política*, 16(31), 121-142.
- Marchi, C. M. D. F. (2015). Novas perspectivas na gestão do saneamento: apresentação de um modelo de destinação final de resíduos sólidos urbanos. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 7(1), 91-105.
- Martins-Silva, P. de O., Silva Junior, A. da, Peroni, G. G. H., Medeiros, C. P. de, & Vitória, N. O. da. (2016). Teoria das representações sociais nos estudos organizacionais no Brasil: análise bibliométrica de 2001 a 2014. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(4), 891-919.
- Melo, P. T. N. B de. (2013). Indicadores da dimensão institucional do desenvolvimento sustentável e os objetivos da Rio+ 20. *Desenvolvimento em Questão*, 11(23), 74-117.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340-363.
- Monteiro, P., & Adler, P. S. (2022). Bureaucracy for the 21st century: clarifying and expanding our view of bureaucratic organization. *Academy of Management Annals*, 16(2), 427-475.
- Morand, D. A. (1995). The role of behavioral formality and informality in the enactment of bureaucratic versus organic organizations. *The Academy of Management Review*, 20(4), 831-872.
- Moscovici, S. (1981). On social representation. In J. P. Forgas (Org.). *Social Cognition*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.
- Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (1998). Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. *Academy of Management Review*, 23(2), 242-266.
- Neder, H., Alves Filho, N., & Souza, S. (2015). Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 51-70.
- North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University.
- Osborne, D., & Gaebler, T. (1993). *Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector*. New York (NY): Penguin Books.
- Palmonari, A., & Cerrato, J. (2011). Representações sociais e psicologia social. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik.
- Paula, A. P. P. D. (2005). Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de administração de empresas*, 45(1), 36-49.
- Piketty, T. (2014). *Capital in the 21st Century*. Cambridge, MA: President and Fellows, Harvard College.

- Pillemer, J., & Rothbard, N. P. (2018). Friends without benefits: understanding the dark sides of workplace friendship. *Academy of Management Review*, 43(4), 1-26.
- Pinto, J. D. F., & Behr, R. R. (2015). Contradições na avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos em educação na universidade pública. *Cadernos Ebape. Br*, 13(4), 795-820.
- Polli, G. M., Kuhnen, A., de Azevedo, E. G., Fantin, J., & da Silva, R. F. G. (2009). Representações sociais da água em Santa Catarina. *Psicologia em Estudo*, 14(3), 529-536.
- Putnam, R. D. (2002). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Ramos, C., & Milanesi, A. (2017). Public Management Models, Latin America. *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance*. Cham: Springer International Publishing, 70-79.
- Reed, M. S., Fraser, E. D., & Dougill, A. J. (2006). An adaptive learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. *Ecological economics*, 59(4), 406-418.
- Reigota, M. (1995). *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez.
- Rezende, M. J. (2008). Os objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU: alguns desafios políticos da co-responsabilização dos diversos segmentos sociais no combate à pobreza absoluta e à exclusão. *Investigación & Desarrollo*, 16(2), 184-213.
- Sá, C. P. D. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Spangenberg, J. H. (2002). Institutional sustainability indicators: an analysis of the institutions in Agenda 21 and a draft set of indicators for monitoring their effectivity. *Sustainable Development*, 10(2), 103-115.
- Steiner, G., Geissler, B., Schreder, G., & Zenk, L. (2018). Living sustainability, or merely pretending? From explicit self-report measures to implicit cognition. *Sustainability science*, 13(4), 1001-1015.
- Tavares, L. S., Leite, I. D. C., Noronha, M. F. D., Rodrigues, R. D. N., Cunha, G. M. D., Valente, J. G., ... & Costa, M. D. F. S. (2013). Diferenciais da carga de doença das condições maternas entre mulheres de 15 a 44 anos no Estado de Minas Gerais, 2004-2006. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30, S119-S134.
- Techio, E. M., Gonçalves, J. P., & Costa, P. N. (2016). Representação social da sustentabilidade na construção civil: a visão de estudantes universitários. *Ambiente & Sociedade*, 19(2), 187-205.
- United Nations. (1992). *Resources: Outcomes, & Frameworks*. Agenda 21. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/>>. Acesso em: 11.mar.2013.
- Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Veblen, T. (1987). *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Nova Cultural.
- Versiani, Â. F., Rezende, S. F. L., & Pereira, A. C. (2016). Contribuições da teoria institucional para a análise da gestão de escolas: um estudo de caso de escola pública brasileira bem sucedida nos Índices de Desempenho da Educação Básica. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 22(1), 193-224.
- Zimmermann, C. R., & Espínola, G. M. (2015). Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o programa bolsa família no interior do nordeste brasileiro. *Caderno CRH*, 28(73), 147-164.
- Zorzi, L., Turatti, L., & Mazzarino, J. M. (2016). O direito humano de acesso à água potável: uma análise continental baseada nos Fóruns Mundiais da Água. *Ambiente & Água-An Interdisciplinary Journal of Applied Science*, 11(4), 954-971.